



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

MARILENE BARBOSA DA SILVA

**AS BARREIRAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA VISÃO EMPÍRICA DA
INCLUSÃO NO COTIDIANO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB**

MOSSORÓ

2017

MARILENE BARBOSA DA SILVA

**AS BARREIRAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA VISÃO EMPÍRICA DA
INCLUSÃO NO COTIDIANO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Profa. Ma. Silvia Helena de Sá
Leitão Moraes Freire

MOSSORÓ

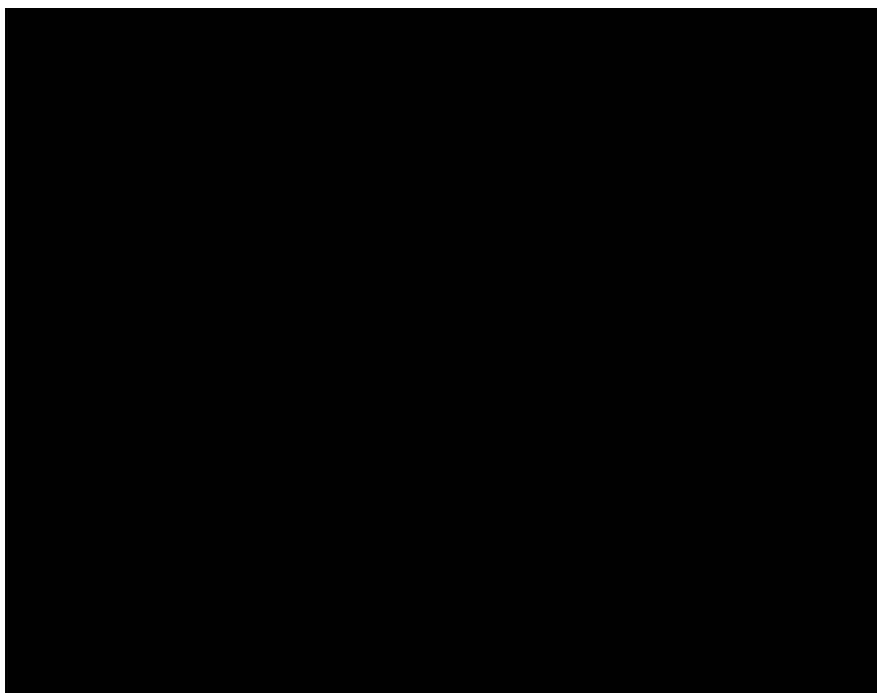
2017

**AS BARREIRAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA VISÃO EMPÍRICA DA
INCLUSÃO NO COTIDIANO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01/07/2017

BANCA EXAMINADORA



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que fez e faz maravilhas em minha vida;

A todos os professores, que compartilharam do seu conhecimento para a formação de profissionais em educação;

Aqueles que acreditaram que esse sonho seria possível de se concretizar;

A todos colegas que, dia a dia, conviveram com nossas expectativas, ansiedade e, em muitos casos, desânimos no decorrer deste curso, e nos deram palavras de ânimo e coragem para que não olhássemos para trás;

Aos meus pais, irmãos e filha e, especialmente, a meu companheiro Ivo Marques de Medeiros, que esteve comigo em todos os momentos do curso, me dando força e motivação para chegar até aqui. Gratidão a todos!

Agradeço em especial a orientadora profa. Ma. Silvia Helena de Sá Leitão Morais Freire, que contribuiu de maneira direta na transformação no modo de construir o conhecimento e na concretização deste trabalho acadêmico.

“A inclusão é um desafio para a educação. Pois é difícil desmitificarmos nossos hábitos costumeiros, da homogeneidade e embarcarmos no diversificado método inclusivo.”

— Jackson da Mata

AS BARREIRAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA VISÃO EMPÍRICA DA INCLUSÃO NO COTIDIANO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB

RESUMO

A discussão sobre educação inclusiva envolve a relação exclusão e inclusão, que ganha tonalidades diferentes, refletindo sobre alguns dilemas da educação, como: o funcionamento e a organização de escolas e as propostas metodológicas de atuação docente. Percorrendo um pouco da história da educação inclusiva, este trabalho buscar perceber as dificuldades enfrentadas atualmente, observando o que melhorou entre a década de 60 e os dias atuais, de acordo com as leis existentes no Brasil e no mundo. O presente artigo teve como objetivo investigar os entraves da educação inclusiva no cotidiano educacional de uma escola de ensino fundamental da cidade de Sapé/PB. O foco da pesquisa surgiu da observação das inúmeras reclamações e inquietações das professoras de salas regulares com alunos com deficiência e suas dificuldades no desenvolvimento do conhecimento. Assim, partindo dessa problemática, este estudo foi realizado junto a quatro professoras da citada unidade de ensino, visando constatar quais as reais dificuldades identificadas no cotidiano da educação inclusiva, bem como observar ao que e a quem são atribuídas. O levantamento de dados foi realizado através de questionário com perguntas abertas, no qual as profissionais expressaram seus sentimentos em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, suas dificuldades e potencialidades. A partir dos dados coletados realizou-se a análise, na qual foi constatado que as dúvidas em relação às limitações e potencialidades de seus educandos refletem na dificuldade de adequar o planejamento, direcionando-o para lidar com a deficiência apresentadas pelos estudantes e com o nível de aprendizado de cada aluno. Precisamos de muitos esforços e dedicação de cada envolvido nessa luta para proporcionar uma melhor inclusão social, baseando-se na educação como ponto de partida para a desmistificação e resolução de entraves até então causadores de um baixo índice de rendimento das crianças com deficiência em nosso país.

Palavras-chave: INCLUSÃO; DESAFIOS; COTIDIANO.

ABSTRACT

The discussion on inclusive education involves the relation exclusion and inclusion, which gains different tonalities, reflecting on some dilemmas of education, such as: the functioning and organization of schools and methodological proposals for teaching. Going a little over the history of inclusive education, this work seeks to perceive the difficulties currently faced, observing what has improved between the 60s and today, according to existing laws in Brazil and on the world. The present article aimed to investigate the obstacles of inclusive education in the daily education of a primary school in the city of Sapé/PB. The focus of the research came from the observation of the innumerable complaints and concerns of regular classroom teachers with students with disabilities and their difficulties in the development of knowledge. Thus, starting from this problem, this study was carried out together with four teachers of the mentioned unit of education, aiming to verify the real difficulties identified in the daily life of inclusive education, as well as to observe to what and to whom they are attributed. The data collection was done through a questionnaire with open questions, in which the professionals expressed their feelings regarding the teaching and learning process of the students with disabilities, their difficulties and potentialities. From the data collected, the analysis was carried out, in which it was verified that the doubts regarding the limitations and potentialities of the students reflect in the difficulty of adjusting the planning, directing it to deal with the deficiency presented by the students and with the level of learning for each student. We need a lot of efforts and dedication from everyone involved in this struggle to provide a better social inclusion, based on education as a starting point for the demystification and resolution of obstacles that had been causing a low rate of income for children with disabilities in our country.

Keywords: INCLUSION; CHALLENGES; DAILY.

1 INTRODUÇÃO

Há registros históricos que, na idade média, as pessoas com deficiência eram perseguidas e mortas pela sociedade, outras eram mantidas isoladas em instituições ou em suas próprias residências. Somente na década de 60 é que começam os movimentos reivindicatórios que passaram a lutar por seus direitos. Atualmente é crescente a presença de pessoas com deficiência nos espaços públicos, participando ativamente, no âmbito educacional e/ou profissional, legitimando seus direitos como cidadãos e reivindicando por uma inclusão digna e de qualidade para todos.

É forçoso destacar, conforme ressalta Romero e Souza (2008), que os movimentos que se empenhavam em defesa da inclusão se mobilizaram fora dos muros das instituições escolares, na sociedade civil e, se as escolas se sentem surpreendidas por esses movimentos, é porque ainda não conseguiram visualizar e acompanhar as mudanças sociais que aconteceram e que os geraram.

Os referendados autores ainda destacam que a Declaração de Salamanca (1994), marco da legitimação da inclusão no nosso país, não foi um movimento mobilizado por políticos, mas sim a partir da movimentação de um grupo de pessoas que compreendiam a necessidade de abrir diálogo sobre a discussão e as formas de tratamento destinado aos deficientes nas várias instâncias sociais, com o objetivo de se repensar as práticas sociais excludentes (ROMERO; SOUZA, 2008 p. 3092).

Outra lei que possibilitou refletir sobre a construção de uma educação inclusiva foi Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que, promulgada em 1996, incorpora os princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela verifica-se toda uma alteração na legislação brasileira, na qual percebe-se a intenção de tornar possível as mudanças sociais necessárias para a construção de uma escola inclusiva.

Recentemente, também ampliamos a legitimação da inclusão através da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A referida lei, em seu Art. 1º, destaca que sua elaboração é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Considerando o amparo legal, as lutas cotidianas em busca do enfrentamento das barreiras da inclusão, percebe-se um esforço por parte da sociedade civil e das instâncias federais, governamentais e municipais em ampliar as possibilidades e incentivar as

potencialidades das pessoas com deficiência. Tal esforço serve para que sejam repensadas as estruturas físicas e seus serviços oferecidos, transformando-se, a cada dia, em lugares onde as pessoas possam sentir-se à vontade para desenvolver suas habilidades e aptidões, sendo reconhecidas pelas suas potencialidades, e não discriminadas e excluídas por suas limitações seja ela física, mental ou social.

Desta feita, o presente artigo visou investigar as principais barreiras enfrentadas pelos docentes para o trabalho com alunos com deficiência de uma instituição municipal de ensino, situada na zona urbana da cidade de Sapé/PB, na qual atuo também como professora na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Partindo dessa problemática do corpo docente em relação aos educandos com deficiência, em decorrência das implicações sejam cognitivas, motoras, psicológicas, nos apresentou como uma possibilidade de refletir sobre esse cenário educacional, no qual estes alunos estão matriculados, mas, diferentemente do restante da turma, nem sempre estão inclusos nessa escola. Os docentes relatam as angústias e dificuldade em lidar com este público de alunos, seja pela ausência de formação ou pela falta de apoio pedagógico.

2 INCLUSÃO EDUCACIONAL: Caminhos possíveis

Superando a arraigada ideia da existência de uma classe homogênea, no qual os educandos realizam as mesmas tarefas, passou-se a dar lugar à uma classe heterogênea, onde a convivência de pessoas com deficiência exige um tempo diferenciado de aprendizagem. Contudo, percebemos que os docentes ainda sentem dificuldade de mediar o conhecimento diante desses desafios e que, cotidianamente, se sentem angustiados por não saber como trabalhar pedagogicamente de forma a ressaltar as singularidades e as potencialidades dos educandos com deficiência.

Sendo assim, é imprescindível que todos que fazem parte do universo escolar estejam com um novo olhar sobre o até então utilizado modelo educacional, na perspectiva de incluir esses educandos com necessidades específicas, que requerem, além de recursos didáticos, profissionais capacitados e comprometidos para atender essa demanda abrangente da diversidade educacional.

De acordo com o dicionário LUFT (1998), inclusão é o ato ou efeito de incluir-se, ou seja, é fazer parte de algo, é ser inserido. Mittler (2003) afirma sobre inclusão no ato de educar:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais. (MITTLER, 2003, p.20)

Sendo assim, entendemos que a inclusão se dá para além do aluno estar matriculado no sistema de ensino regular, mas também que seus direitos sejam concretizados através de leis que garantam a efetivação de sua inserção na sociedade como cidadão-partícipe, com uma educação digna e de qualidade, que possibilite ressaltar suas potencialidades. Com isso, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015¹, que tem o Capítulo IV destinado a tratar especificamente “DO DIREITO À EDUCAÇÃO”:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar. (BRASIL, 2015).

Com a sanção da Lei Brasileira de Inclusão em julho de 2015, a inclusão de pessoas com deficiência deu um grande passo em relação à sociedade, tendo em vista que direitos destes sujeitos foram garantidos por Lei, buscando esclarecer e modificar a visão do conceito de deficiência e proporcionando novas oportunidades no seguimento da educação, trabalho e acessibilidade.

¹ Acesse o link para leitura na íntegra da Lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

3 JUSTIFICATIVA

Estudos mostram que houve um aumento da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, mas podemos observar que isso é, na prática, uma verdadeira exclusão, pois alunos matriculados e presentes em sala de aula não significa que estão sendo incluídos na proposta educacional estabelecida pela lei LDB. Segundo Mittler (2003):

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER, 2003, p.16)

Refletir sobre o tema requer modificações e desempenhos para fazer valer o direito à educação para todos, e para isso, devemos dispor de diferentes métodos com procedimentos acessíveis, nos quais todos os alunos possam acompanhar os conteúdos expostos em sala de aula de modo significativo para adquirir novos conhecimentos e, assim, conseguir que seja fundamentada a ideia de inclusão. Partindo deste pressuposto, o presente projeto foi elaborado e tem como objetivo conhecer as dificuldades enfrentadas pelos docentes, no que diz respeito ao aprendizado dos alunos com deficiências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 58, refere-se à Educação Especial da seguinte forma: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.^{1º} - “Deverá ter serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996).

Campanhas feitas pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, consideram a necessidade da inclusão social, mas o processo inclusivo só ocorrerá a partir do momento em que as unidades escolares públicas assumirem o compromisso, e este só será adotado na íntegra a partir do momento em que houver vontade legitimada pelos profissionais dispostos a estudarem as causas, preparar-se profissionalmente e ousar em sala de aula com metodologias que levem estes alunos a vivenciar seu mundo na realidade da escola pública. Dessa maneira, proporcionar-lhes momentos de lazer e encontros com a comunidade escolar como um todo, com pessoas que, a princípio, são iguais a eles, mas que sempre recebem

tratamento diferenciado e longe da realidade do colega com deficiências, poderá ajudar a fazer com que este entenda que é capaz.

A educação especial é um assunto inesgotável, por isso os professores precisam sempre participar de capacitações para melhorarem seu desempenho pedagógico no processo ensino-aprendizagem. Desta feita, partiu assim o desejo de discutir sobre essa temática, por cotidianamente vivenciar os desafios do trabalho inclusivo no espaço educacional da instituição na qual foi aplicada a pesquisa junto aos docentes, a qual é pioneira na implementação da Sala de AEE, funcionando hoje como escola-polo para mais cinco unidades escolares situadas nas redondezas, contando com um percentual de 90% de diagnóstico de Deficiência Intelectual dentre seus alunos com deficiência.

A citada instituição mantém os equipamentos e jogos destinado para o funcionamento em perfeito estado desde sua implementação, e apesar de funcionar no contra turno, as professoras da Sala de AEE se programam de forma que possam ter contato com as professoras de sala regular para assim estreitar o contato e trabalharem de forma conjunta. No entanto, ainda não é possível sanar totalmente as dificuldades existentes no cotidiano das salas regulares.

4 METODOLOGIA

4.1 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado na realização deste estudo foi o questionário com perguntas abertas e, após, o recolhimento e análise das respostas foi organizada a estruturação.

4.2 Local e participantes

A presente investigação foi realizada em uma unidade escolar do Município de Sapé na Paraíba. No cotidiano da escola, pode-se observar uma dinâmica inclusiva em relação a projetos e pelo fato de ter em sua dependência uma sala de recurso multifuncional, na qual não identificamos problemas em relação a inclusão dos alunos com deficiência, nem relacionado às profissionais que conduzem o trabalho. Por sua vez, a frequência dos alunos é muito boa e estes demonstram prazer em frequentar a sala, porém há algumas dificuldades encontradas na rotina das salas regulares devido a falta de monitoramento e suporte técnico.

O trabalho em torno do projeto político-pedagógico para ser efetivo necessita da participação e colaboração de todos os componentes da unidade escolar nas relações sociais, para que seja formada uma rede de ajuda, estabelecendo parceria com os pais.

Os sujeitos desse trabalho são quatro profissionais pertencentes ao corpo docente, que tem em suas salas alunos com deficiência.

Quadro 1: Informação dos educadores²

Professor	Formação	Série que leciona	Tempo de atuação em sala de aula	Idade das professoras
Professora ³ 1	Pós-graduada	3º ano	14 anos	36 anos
Professora 2	Pós-graduada	5º ano	17anos	43anos
Professora 3	Graduada	4º ano	29 anos	49 anos
Professora 4	Pós-graduada	2º ano	28 anos	48 anos

Quadro 2: Perguntas e respostas

Perguntas	Respostas
Como é para você ter um aluno com deficiência, em sua sala de aula?	Professora 1: É um constante desafio, pois temos sempre que buscar novas formas de adequar o plano ao seu nível de aprendizagem. Professora 2: Constante aprendizado, estudando, analisando maneiras de mediar o conhecimento Professora 3: Sempre um desafio. Professora 4: Em alguns momentos complicados, pois nem sempre vejo resultado no desenvolvimento dos alunos.
Qual o tipo de deficiência tem o seu aluno?	Professora 1: Hipótese diagnóstica: deficiência intelectual. Professora 2: Deficiência Intelectual Professora 3: Deficiência Intelectual Professora 4: Deficiência Intelectual
Ele tem um diagnóstico?	Professora 1: Diagnóstico em andamento Professora 2: Sim Professora 3: Sim Professora 4: Sim
Você sabe as limitações dessa deficiência?	Professora 1: O pouco que sei o processo cognitivo e o raciocínio são mais lentos que o

² O corpo docente é todo composto por profissionais do sexo feminino.

³ Optamos por manter a identidade dos entrevistados preservada.

	natural. Professora 2: Na aprendizagem, é lenta. Professora 3: Sim, apresenta atraso no seu desenvolvimento, dificuldade para aprender. Professora 4: Estou identificando à medida que vou aplicando as atividades.
Você sabe as potencialidades deste aluno?	Professora 1: Não, pois o mesmo se limita e se recusa a tentar desenvolver as atividades. Professora 2: Estou descobrindo a cada dia. Professora 3: Sim, pois a criança com deficiência é capaz dentro dos seus limites. Professora 4: Algumas já são visíveis e outras ainda estão em processo.
Tem dificuldade de planejar aula para incluir o aluno com deficiência nas atividades?	Professora 1: Sim, pois é muito difícil encaixar os conteúdos do currículo com outra proposta para a aprendizagem. Professora 2: Sim Professora 3: Às vezes, pois a sala é heterogênea. Professora 4: Sim, nem sempre consigo adequar o conteúdo ao grau de maturidade do aluno.
Quais as estratégias que geralmente utiliza para incluir estes alunos com deficiência?	Professora 1: Atividades lúdicas e de uma faixa etária inferior a que estuda. Professora 2: Atividades lúdicas, jogos e música. Professora 3: Estratégias diferenciadas. Professora 4: Atividades diferenciadas, incluindo o lúdico
Em relação aos conteúdos que vem trabalhando, como é trabalhar com o aluno deficiente durante a aula?	Professora 1: Muito complicado, pois o mesmo não assimila com facilidade, e tem o discurso de negação. Professora 2: Tentar sempre para que ele venha a compreender o que é proposto. Professora 3: Identificando suas competências e habilidades. Professora 4: Geralmente o nível do aluno com deficiência nem sempre condiz com o conteúdo trabalhado.
Sabemos que podem existir situações que dificultam e ou facilitam a inclusão educacional dos alunos deficientes. Em sua opinião, a estrutura física da escola interfere na realização das suas aulas? Sala de aula – pátio - banheiro: Professora 1: Interfere negativamente, pois a mesma não tem espaço físico suficiente para o desenvolvimento das atividades. Professora 2: O pátio é muito pequeno. Professora 3: Adaptados, embora precisando melhorar.	

Professora 4: Em determinados momentos é complicado, pois o espaço não facilita o desenvolvimento na hora do recreio, as salas são quentes.	
Referente à direção e administração da escola: Professora 1: Não há estímulo, ou seja, ações que facilitem essa inclusão. Professora 2: Não declarou Professora 3: Boa, pois todos fazem a sua parte. Professora 4: Exerce seu papel como gestão	
Referente ao relacionamento entre alunos: Professora 1: Ainda há muito preconceito por parte dos outros alunos, que o discrimina e o rotula. Professora 2: Indisciplinados, agressivos agindo com violência verbal e algumas vezes física. Professora 3: Bom, apesar das dificuldades de cada um. Professora 4: Tem um bom relacionamento entre si.	
Referente a materiais Professora 1: O material que dispomos não é suficiente para a execução das atividades. Professora 2: Não há quantidade e variedade suficiente. Professora 3: A falta dos mesmos para serem utilizados em sala de acordo com as dificuldades dos alunos. Professora 4: Os materiais são insuficientes.	
O município dispõe de equipe multifuncional para auxiliar e dar suporte aos professores que tem alunos com deficiência em suas salas de aula?	Professora 1: Possui sim, mas a meu ver esta equipe ainda está distante da realidade. Professora 2: Sim Professora 3: Sim, apesar de não haver uma interação frequente na escola. Professora 4: Existe uma equipe, mas não contempla todos os profissionais necessários.
É oferecido algum tipo de curso de capacitação e/ou aperfeiçoamento para os professores pela secretaria de educação do Município?	Professora 1: Não, nenhum curso. Professora 2: Não Professora 3: Não Professora 4: Não
O que acredita ser importante para auxiliar no processo de inclusão de seus alunos com deficiência?	Professora 1: Creio que antes de iniciar o ano letivo deveríamos ser preparadas para receber e trabalhar com o tipo de deficiência de cada aluno, mas sempre ficamos sem suporte algum. Professora 2: Capacitação e aperfeiçoamento do professor e valorização do mesmo. Professora 3: Muito esforço e dedicação por parte do educador. Professora 4: Disponibilização de cursos de aperfeiçoamento na área.

Em sua opinião, quais informações o professor deveria receber para iniciar o trabalho com o aluno deficiente?	Professora 1: O tipo de deficiência, como trabalhar com aquele aluno, qual metodologia usar. Enfim, ficamos perdidos e temos que fazer tudo por conta própria. Professora 2: Capacitação e histórico do aluno. Professora 3: Novas metodologias e inovações. Professora 4: Poderiam ser planejadas juntamente as possibilidades de intervenções para esses alunos juntamente com uma equipe multidisciplinar.
---	---

5 RESULTADOS

O presente artigo, conforme mencionado anteriormente, utilizou o questionário como instrumento de coleta de dados. Desta forma, foi apresentado um quadro de dados do corpo docente, no qual, consta suas idades, série que leciona e sua formação acadêmica e o tempo que atua na profissão.

Em seguida, há o quadro com as perguntas e respostas que foram aplicadas.

Após a análise do questionário aplicado pode-se observar que as professoras participantes da pesquisa expressam sentirem dificuldades em relação à experiência vivida com as crianças com deficiência. Pontuamos que as análises aqui são apresentadas como leitura que fazemos da realidade.

Verifica-se que o índice de deficiência intelectual predomina 100% e apenas 25% do alunado encontra-se em fase de triagem para o recebimento do laudo.

Os educadores demonstram dúvidas em relação às limitações e potencialidades de seus educandos, o que reflete na dificuldade de adequar o planejamento, direcionando-o para lidar com a deficiência e o nível de aprendizado de cada aluno.

Percebe-se o empenho de cada uma delas na busca estratégias e metodologias que venham diminuir as dificuldades na aprendizagem, o uso do lúdico tem um papel importante para o objetivo dos conteúdos curriculares.

Compara-se o cotidiano escolar onde foi realizada a pesquisa com o que Freire e Valente (2001) destacam:

O professor (da classe especial) certamente conhece o diagnóstico do aluno - as principais características e decorrência de seu quadro patológico - mas quase nunca usa este dado como o ponto de partida para conhecer as potencialidades do sujeito. O diagnóstico é mais frequentemente visto como

um fator limitante na vida escolar do aluno: define o que o sujeito não pode fazer. Paradoxalmente, a situação da escola regular não é muito diferente. Falta na maioria dos casos uma reinterpretação das dificuldades e necessidades do aluno no contexto escolar. (VALENTE, 2001, p.70)

Podemos também ressaltar a importância da participação dos profissionais em cursos de capacitações e aperfeiçoamento. A não disponibilização desse mecanismo de aprendizado pelas instituições responsáveis pelo sistema de ensino no município pode ser um dos motivos para as dificuldades encontradas pelas professoras na escola municipal de Sapé.

A estrutura física da escola apesar de serem adaptada com rampas, portas alargadas e banheiro com barras de segurança, ainda precisa de melhorias que sejam planejadas e executadas para estar no padrão ideal.

Outro ponto importante a se destacar é a equipe multidisciplinar que poderia, em forma de parceria, e com uma atuação mais frequente colaborar, no planejamento junto às professoras que lecionam nas turmas com alunos com deficiência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse projeto visa o favorecimento e abertura de um espaço para a reflexão e o diálogo sobre as diferenças, desenvolvendo habilidades sociais no ambiente escolar. Esse canal de comunicação proporciona oportunidades para esclarecimentos, mudanças de atitudes, colaboração e flexibilidade no relacionamento interpessoal, principalmente dentro de cada turma, compreendendo as dificuldades dos profissionais bem como as dos educandos. Após o levantamento de dados através de questionário e análise desses resultados, podemos tentar compreender o que de fato acontece em relação à inclusão no cotidiano escolar.

A efetivação de políticas públicas que garantam tanto o direito das pessoas com deficiência, como também disponibilizem estruturas físicas adequadas e, profissionais com condições de trabalho dignas e valorizados para que possam cada vez mais buscarem mecanismo de pesquisa e novas metodologias para serem utilizadas em suas salas de aulas com seus alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. MEC. SEF. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

LUFT, Celso Pedro. Minidicionário Luft. 13 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: **Contextos Sociais**. Editora: Artmed, Porto Alegre, 2003.

FREIRE, F.P e VALENTE, A. Aprendendo par a vida: os Computadores na Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.: **Anais do Educere**, PUC/PR. 2008. Disponível em:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf Acesso em: 30 de maio de 2017.